

SÉRIE ANTROPOLOGIA

133

**DESCONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS
"MULHER" E "NEGRO"**

Mireya Suárez

**Grupo de Trabalho Temas e Problemas da População Negra no Brasil
XV Encontro Anual da ANPOCS: 15 a 18 de outubro de 1991
Caxambú, Minas Gerais**

**Brasília
1992**

Desconstrução das Categorias "Mulher" e "Negro"

Mireya Suárez

INTRODUÇÃO

Virginia Woolf e Simone de Beauvoir repararam, com muita propriedade, que a mulher e a feminilidade eram assuntos que intrigavam profundamente o pensamento europeu. Woolf (1985) agrega que o tema obsesionava particularmente aos homens e Beauvoir (1980) comenta que o "problema" do que fosse mulher estava colocado, exclusivamente, por e para eles. Entretanto, para os propósitos deste ensaio é significativo reter o fato de que, seja como resposta reativa ao pensamento masculino ou, como acredito, por compartilharem das temáticas de seu tempo, as duas escritoras, como muitas outras depois delas, também se colocaram a questão¹.

A construção da categoria "mulher", em singular, perpassa discursos de diferentes origens sociais, como o literário, o científico, o religioso, e os diversos discursos de senso comum. Também perpassa discursos de diferentes orientações ideológicas, desde os mais conservadores aos mais progressistas, incluídos aqueles produzidos pelo feminismo.

Todos esses discursos diferem e divergem o suficiente como para configurar, no campo em que se encontram e se atritam, uma das polêmicas mais importantes deste século. Entretanto, o fato de ser possível identificar neles elementos comuns conduz a pensar que constituem transformações de uma mesma estrutura de pensamento que, como no caso do **apartheid** sul-africano, é essencialista².

A construção da identidade feminina, baseada nas características biológicas, na celebração da maternidade e no elogio as numerosas atitudes a ela associadas, acaba por definir a mulher enquanto categoria natural que, resistente às forças arbitrarias da cultura, da história e da pessoa, existe sempre única e imutável. Em trabalho recentemente publicado pela Secretaria de Educação do Estado de Rio Grande do Sul (1990:87), lê-se:

"Este é um trabalho que se destina a prestar uma homenagem à mulher, este ser que sempre, e em todo lugar, tem sido sinônimo de amor, de doação e busca de soluções para os problemas que nos afligem no que diz respeito à educação, à posse

¹ Na apresentação de um dos trabalhos mais notáveis de sua obra, Beauvoir (1980:9) afirma que "Se a função de fêmea não basta para definir a mulher, se nos recusamos também explicá-la pelo **eterno feminino** e se, no entanto, admitimos, ainda que provisoriamente, que há mulheres na terra, teremos que formular a pergunta: que é uma mulher?."

² A procura por compreender os fundamentos cognitivos do **apartheid**, Crapanzano (1985:20) escreve que na perspectiva essencialista, "...logo que um objeto ou coisa é classificado será para sempre esse objeto ou coisa. Terá uma identidade. Adquirirá uma essência particular. Estará sujeito a certas regularidades que serão entendidas como regras ou leis da natureza."

da terra, ao trabalho, à habitação, etc."

Entretanto, a construção de uma identidade feminina universal (situada em alguma medida fora do tempo e do espaço), celebrada por algum de seus atributos e fundamentada na natureza, encontra-se não apenas nos discursos de senso comum mas também nos discursos científicos e feministas.

Ao examinar o pensamento dos fundadores da teoria sociológica moderna, Kandal (1989) mostra que, com raras exceções, eles presumem que a categoria "mulher" refere-se a uma condição essencial, dada pela natureza ou, então, tornada uma segunda natureza em virtude da prática da dominação masculina³. Entre as formulações teóricas mais universalizantes e, portanto, essencialistas, se destaca a de Lévi-Strauss, para quem a mulher é (nos sistemas sociais não ocidentais mas, aparentemente, também nestes) um dos bens que, ao serem trocados, propicia a agregação requerida para a constituição da sociedade. Celebrando com bastante entusiasmo a função comunicativa e lúdica desempenhada pela mulher nos mundos dos homens, Lévi-Strauss (1976:105) a define enquanto "...um dos presentes, o presente supremo, entre aqueles que podem ser obtidos somente em forma de dons recíprocos. Não devemos portanto nos espantar ao ver as mulheres compreendidas entre as alocações recíprocas, pois têm esse caráter em grau máximo, ao mesmo tempo que outros bens, materiais e espirituais."

Também o feminismo parte do suposto de que as mulheres compartilham, real ou potencialmente, alguma(s) característica (as). Muito embora a intenção progressista do feminismo, esse suposto confirma e reproduz, ao invés de quebrar, a idéia de que existe uma identidade feminina essencial, que se exprime em toda parte e tempo de maneira similar. Referindo-se as dificuldades de fazer uma Antropologia feminista, Moore (1988:188), escreve que o equacionamento do feminismo com o princípio antropológico de entender o outro a partir de seu próprio ponto de vista (no caso, o ponto de vista das mulheres dos diversos grupos sociais), torna-se difícil devido a que aquele "presupõe que há uma perspectiva ou ponto de vista de mulher que sendo único, pode ser considerado como evidência de que existe uma inequívoca categoria sociológica de "mulher."

Do mesmo modo que no caso da categoria "mulher", a categoria "negro", constrói-se com base em características biológicas e em atitudes a ela associadas. Assim, do mesmo modo que ocorre com as mulheres, os negros são aprendidos como categoria singular, resultando não mais haverem negros mas "o negro", admitindo-se, no máximo, a pluralidade nacional exprimida com o rótulo "o negro brasileiro". A respeito deste negro

³ As exceções, segundo Kandal, encontram-se entre os autores que tentaram explicar o conflito mais do que a ordem social. Destaca, para exemplificar, o pensamento de Engels em A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, a respeito de quem afirma (1989:264) que "...não se baseia nas funções da procriação e da maternidade para explicar a origem e perpetuação da opressão da mulher. Ele entende que com a emergência da propriedade privada as mulheres adquiriram um valor de troca...e se tornaram instrumentos para a produção de crianças". Entretanto, no mesmo parágrafo, a autora sintetiza o pensamento do pensador marxista citando uma de suas frases conclusivas: "a deposição do **direito materno** foi a derrota histórica mundial do sexo feminino". Retendo-se o fato de que poucos ou nenhum direito é entendido ser mais **natural** do que o materno, ao invés de descartar o essencialismo naturalizante, Engels acaba reafirmando-o quando, fazendo uso da estrutura do discurso de senso comum, censura ao capitalismo pelo "fato" de ter privado a mulher de um direito baseado na sua natureza de fêmea.

existem discursos bastante divergentes (Seyferth, 1989 e Azevedo, 1987) que, como no caso do discurso sobre a mulher, são descuidados o bastante para enunciar idéias improváveis e contraditórias. Entre essas idéias se encontram aquelas da mulher ter inclinações naturais para a maternidade imaculada (cujo arquétipo é a Virgem Maria) e também para a sedução impura (cujo arquétipo é Eva). No caso do negro, o estereótipo também fixa um arquétipo que contém elementos altamente negativos bem como outros positivos. Negros são, como Calibã (em *A Tempestade* de Shakespeare, 1611) selvagens, semi-homens, mentirosos, sujos e estupradores. Mas eles também podem ser, como no ideário brasileiro e norteamericano, adequados para o trabalho físico, para vencer competições esportivas e compor, cantar e tocar músicas, além de serem leais e puros "pais Tomás".

De modo diferente ao que acontece com a categoria "mulher", a categoria "negro" não é mais utilizada no interior da teoria sociológica para indicar uma condição essencial resultante da biologia. Entretanto, escritores de grande importância na formação do pensamento social brasileiro têm usado essa categoria para descrever as inadequações e aptidões históricas do povo brasileiro (Seyferth, 1989 e 1991 e Azevedo, 1987). No discurso sociológico encontra-se frequentemente a idéia de que, como resultado da escravidão sofrida, os negros brasileiros desenvolveram certas capacidades e incapacidades que agem como uma segunda natureza. A esse respeito, Azevedo (1987) mostra que nem mesmo os sociólogos que revelaram o racismo brasileiro, escaparam da idéia de que "o negro" constitui uma categoria social mal adaptada à sociedade. Por força da própria herança da escravidão, o negro, para esses sociólogos, escreve Azevedo (:23), seria "...apático, despreparado em termos ideológicos para o trabalho livre [e] não possuiria aqueles laços familiares tão necessários à reprodução e estabilidade de sua força de trabalho." Celso Furtado, agrega a autora (:25), "chega mesmo a afirmar que a população submetida a este sistema escravista apresenta um baixo nível mental. E com isso pretende explicar a própria segregação sofrida por ela após a Abolição e mesmo o ritmo lento do desenvolvimento nacional."

Além disso, do mesmo modo que os movimentos feministas encontram sua principal base de agregação na condição essencial da **feminilidade**, os movimentos negros a encontram na da **negritude**, condição não menos essencial.

Partindo da desconstrução da categoria "mulher", procurei pensar as possibilidades de desconstrução da categoria "negro". Para esse fim, divido este ensaio em quatro partes. Na primeira trato da dicotomia natureza/cultura e da naturalização de mulheres e negros. Na segunda parte, examino as categorias sexo, raça e classe para na terceira e quarta partes comentar comparativamente o processo de desconstrução ou desnaturalização⁴ das categorias "mulher" e "negro".

⁴ O termo **desnaturalização** está sendo usado, nas Ciências Sociais, de maneira redefinida. Além de "perda da cidadania", o Dicionário *Aurélio* define o verbo **desnaturalizar** como "perverter ou corromper a natureza". O verbo **desnaturalizar** se define aqui, contrariamente, como negar a existência de direitos e deveres impostos pela natureza.

I. NATUREZA e CULTURA: DICOTOMIA BÁSICA do PENSAMENTO OCIDENTAL.

As tradições intelectuais, apresentam um conjunto específico de conceitos com os quais a realidade é aprendida e recriada. Nenhum desses conceitos é idêntico à realidade⁵ porque entre aqueles e esta se interpõem os sujeitos pensantes, as pessoas com seus imaginários.

Entre os conceitos da tradição intelectual do ocidente, "natureza" e "cultura", dois conceitos postos dicotomicamente, são de grande importância para entender o imaginário que constrói tanto "a mulher" quanto "o negro". A existência dessa dicotomia permite entender que tudo quanto existe no mundo é natural (dado pela natureza), ou então, cultural (feito pelo "homem"). Junto com muitas outras, a dicotomia natureza/cultura vem servindo, por milênios, ao propósito de perceber e explicar a realidade. Fazendo uso da distinção entre cultura e natureza é possível classificar, descrever e explicar qualquer realidade porque ela não apenas estabelece a diferença entre acontecimentos e coisas situadas no campo da cultura ou "feitos pelo homem" e acontecimentos e coisas situados no campo da natureza ou "dados ao homem", mas também oferece uma detalhada explicação sobre as propriedades e possibilidades das realidades naturais e culturais.

Além de sua evidente função cognitiva, essa dicotomia também tem funções importantes de poder, porque, dependendo do campo onde algo seja situado, lhe será concedida a possibilidade de autonomia e mudança (o campo da cultura) ou lhe será destinada a subordinação e imutabilidade (o campo da natureza). Entretanto, ainda com relação as funções de poder, o mais importante é que a própria dicotomia, e não apenas um dos seus campos, é naturalizada: o que define a pertença a um campo ou ao outro são as características essenciais da coisa classificada. Chega-se, assim, à conclusão, bastante surpreendente, de que as coisas e seres situados no campo da cultura são **essencialmente culturais**⁶.

⁵ A realidade, conforme Berger e Luckmann (1966:) é uma "...qualidade pertencente aos fenômenos que reconhecemos terem uma existência independente de nossa própria vontade" na medida em que existem independentemente de nossos desejos e do que deles pudermos pensar.

⁶ A "naturalização da cultura" surpreende apenas pela contradição implícita, pois o exame da história do conceito de cultura mostraria que muito embora tenha adquirido recentemente um referente estrutural, o fenômeno local, unitário e incomensurável esta na sua origem e continua a ser o mais marcante até os dias de hoje. A esse respeito, Berlin (1976:136) escreve que, no fim do século XVIII, "a noção do espírito de uma nação ou de uma cultura" foi uma idéia central não apenas em Herder mas também em Vico, Montesquieu e outros. Ele agrega (:145), que o imperialismo era detestável para Herder na medida em que desagregava as unidades culturais "naturais" para constituir monstros "inaturais", como no caso do Império Romano e de seu sucessor cristiano, descritos por ele como "uma cabeça de leão com cauda de dragão, uma asa de águia e uma garra de urso (coladas juntas)." Para Herder, no século XVIII, como para Geertz, no século XX, cultura é uma unidade local incomensurável. Para Herder, afirma Berlin (:140) "compreender uma coisa era ver como ela podia ser vista, determinada e avaliada como o era, dentro de um contexto específico, por uma cultura ou tradição em particular." Para Geertz (1978:24) cultura "é um contexto, algo dentro do qual eles [acontecimentos, comportamentos, instituições e processos]

Enquanto os homens brancos são classificados como seres culturais⁷, as mulheres de todas as cores e os homens negros tem sido situadas, em alguma medida, no campo da natureza que é o campo do "dado ao homem", do subordinável, do essencialmente imutável e, portanto, impermeável ao arbítrio da história.

Examinando a naturalização da qual as mulheres tem sido objeto, Ortner (1979:101) mostra que ela pode ser vista tanto como **parte** do campo da natureza quanto como **intermediária** entre os dois campos. Partindo do suposto discutível de que a dicotomia natureza/cultura existe na tradição intelectual de todas as sociedades⁸, a autora afirma que:

" ... as mulheres são identificadas ou simbolicamente associadas à natureza, em oposição aos homens que são identificados com a cultura. Uma vez que o plano da cultura sempre é submeter e transcender a natureza, se as mulheres são consideradas parte dela, então a cultura achará 'natural' subordiná-las para não dizer oprimi-las."

Entretanto, prossegue a autora, a idéia mais elaborada pelo pensamento ocidental é a de que a mulher esta mais próxima da natureza do que o homem. Ela seria, afirma Ortner (1979:106), intermediária entre a natureza e a cultura, pertencendo às duas e não pertencendo completamente a nenhuma:

"Eu tentei aqui demonstrar uma parte da lógica desta visão, a parte que surge diretamente das diferenças biológicas entre os homens e as mulheres. Em razão do maior envolvimento do corpo feminino com a função natural que circunda a reprodução, ela é encarada mais como elemento da natureza do que o homem. Contudo, em parte por sua consciência e participação no diálogo social, ela é reconhecida como uma participante da cultura. Portanto, ela surge como intermediária entre a cultura e a natureza numa escala de transcendência inferior a do homem."

Sejam as mulheres entendidas como pertencendo à natureza ou como intermediando os dois campos, é bastante claro que: 1) o modelo explicativo usado para entender as diferenças entre homens e mulheres tem sido a dicotomia essencialista

podem ser descritos de forma inteligível."

⁷ Provavelmente foi Freud quem mais claramente mostrou o significado dado pelos ocidentais às diferenças entre os sexos e a atribuição de capacidade cultural aos homens. As mulheres representam, diz ele (1986: 31-32), "...os interesses da família, da vida sexual, enquanto a obra cultural torna-se cada vez mais uma tarefa masculina, impondo aos homens dificuldades crescentes e obrigando-os a sublimar seus instintos; sublimação para a qual as mulheres estão escassamente dotadas."

⁸ A universalidade da dicotomia bem como da naturalização do feminino é, sem dúvida, questionável. Ver, por exemplo, Strathern (1980 e 1988) e Moore (1988). Entretanto, isso é irrelevante para os fins deste ensaio já que, mesmo não sendo universais, tanto a dicotomia quanto a naturalização das mulheres continuam a ser elementos do pensamento ocidental.

natureza/cultura, 2) as concepções a respeito das relações entre homens e mulheres são repiques metafóricos da estrutura de relacionamento entre a cultura e a natureza 3) essa estrutura presuppõe uma relação de subordinação, dentro da qual o campo da cultura subordina o campo da natureza⁹.

A naturalização dos negros é muito mais explícita do que a das mulheres já que negros não são apenas situados no campo da natureza, como aquelas o são, mas também são equiparados a espécies animais quando o objetivo é descrever suas características. A esse respeito, Corbey (1989:66) escreve que:

"Geralmente, a relação entre africanos negros e macacos era estabelecida de diferentes maneiras: no sentido literal (eles são meio macacos pela sua fisionomia, entre outros motivos), no evolucionário (africanos são uma raça ainda incipiente que está mais perto dos macacos do que a raça branca), no metafórico (eles são, como os macacos, selvagens, agressivos, impudicos etc.), no metonímico (eles vivem no mesmo ermo)."

Diferente da naturalização das mulheres, a dos negros pode ser estendida às culturas de que, real ou imaginariamente, são portadores. Com efeito, observa-se no presente, depois que a experiência nazista tornou ilegítimo se exprimirem idéias racistas explícitas¹⁰, que a mesma estrutura de pensamento não mais exprime-se através das diferenças biológicas mas através das diferenças culturais. Na Europa de hoje, por exemplo, o que se discrimina é a cultura, dando lugar ao que poderíamos chamar, seguindo Barker (1981), de "culturalismo pseudo-biológico" ao invés de "racismo". Algo bastante parecido a discriminação sofrida pelos nordestinos nas cidades do Centro-Sul.

Situados no campo da natureza, negros e mulheres são apreendidos como categorias subordináveis em virtude do repique metafórico da estrutura de relacionamento entre o campo da cultura e o campo da natureza. Entretanto, devido às diferenças de alinhamento social das duas categorias (diferente de negros, nenhum grupo exclusivamente de mulheres é membro de uma sociedade particular ou partilha de uma mesma cultura), a naturalização das mulheres não pode ser estendido além da esfera do indivíduo para atingir o coletivo social e cultural, como sim pode acontecer no caso dos negros.

⁹ Com o objetivo de esclarecer a idéia de "englobamento do contrário", Dumont (1985:129) faz uso da relação subordinativa homem/mulher nos seguintes termos: "Deus criou primeiro Adão, ou seja, o homem indiferenciado, protótipo da espécie humana. Depois, numa segunda etapa, extraiu de algum modo desse ser indiferenciado um ser de sexo diferente. Eis, face a face, Adão e Eva, agora como macho e fêmea da espécie humana. Nessa curiosa operação, Adão, em suma, mudou de identidade, ao mesmo tempo que aparecia um ser que é membro da espécie humana e diferente do representante principal dessa espécie. Adão, ou em nossa linguagem, o homem, é duas coisas ao mesmo tempo: o representante da espécie humana e o protótipo masculino dessa espécie. Num primeiro nível, homem e mulher são idênticos; num segundo nível, a mulher é o oposto ou o contrário do homem. Essas duas relações, tomadas em conjunto, caracterizam a relação hierárquica, a qual não pode ser melhor simbolizada do que pelo **englobamento** material da futura Eva no corpo do primeiro Adão."

¹⁰ Como aquelas contidas na descrição da raça negra na obra do Conde de Gobineau (1854-55,I:214-15).

Se efetivamente pensamos dessa maneira, a mudança da condição das mulheres e dos negros na sociedade requereria o abandono da dicotomia natureza/cultura ou então, o que efetivamente vem sendo feito, a desnaturalização de mulheres e negros, entendida como o processo simbólico de redefini-los a partir de uma conceitualização histórica que, entretanto, retenha a diferença natural de raça e sexo que inevitavelmente se encontra na base da produção de qualquer idéia a respeito das mulheres e também dos homens.

II. SEXO, RAÇA e CLASSE.

Como no caso de toda identidade construída com base em critérios biológicos, a identidade de negro acaba sendo entendida como algo essencial e, portanto, invariável e imutável. A partir do suposto de que as diferenças biológicas se associam a diferenças de comportamento, o pensamento ocidental procura encontrar condutas naturais onde quer que exista uma diferença física notável, como no caso do sexo e da raça. Quando essas diferenças não existem, as categorias sociais podem ser bem entendidas enquanto fatos históricos (arbitrários) sem necessidade de apelar para as explicações biológicas (determinantes). Por essa razão é que não é necessário produzir um pensamento alternativo que estabeleça o princípio de que "não se nasce operário mas que se chega a sê-lo", enquanto que nem mesmo os mais poderosos movimentos sociais do nosso século têm conseguido firmar a idéia de que ninguém nasce mulher ou negro.

Dentro da lógica da dicotomia natureza/cultura, mulheres e negros pertencem ao campo da natureza enquanto operários pertencem ao campo da cultura. Diferente das identidades de classe, entendidas enquanto identidades adquiridas (obtidas pelos indivíduos), as de mulher e negro somente são inteligíveis, porque assim foram construídas, enquanto realidades naturais. Aparece, assim, na sua máxima perfeição, o fenômeno de inventar e institucionalizar categorias sociais (a mulher e o negro, no caso) que são explícita e conscientemente entendidas como sendo categorias naturais.

Convivem e entrecruzam-se, desse modo, categorias produzidas pelo pensamento essencialista e categorias produzidas, posteriormente, pelo pensamento individualista. A esse respeito Stolcke (1991:112) escreveu recentemente que:

"Perceber a posição social como determinada pela descendência, e portanto inata, não era novidade na história européia. A noção universalista de indivíduo livre, auto-determinado e responsável era, contudo, um novo conceito datado da Renascença que se consolidou com o Iluminismo. O **status** obtido, ou seja, "**self-made**", não obstante, não substituiu o **status** atribuído, ao contrário do que têm sustentado tanto os sociólogos liberais quanto os marxistas. A atribuição por descendência, como princípio de definição de **status**, persistiu na sociedade de classes."

As categorias de classe foram construídas pelo pensamento individualista (ou moderno) justamente para, através da ênfase na mobilidade social, firmar a idéia de autodeterminação individual, em todo contrária à idéia de destino natural¹¹. Entretanto,

¹¹ Um exemplo do modo como as Ciências Sociais estabeleceram a distinção entre condição social obtida (ou adquirida) e condição social herdada (ou dada) pode ser encontrado em "Casta, Racismo e Estratificação", onde Dumont (1974) discute as diferenças de casta, raça e classe.

independentemente de suas diferenças, o individualismo e o essencialismo se articulam para resolver a contradição implícita entre o fato de existir uma ideologia igualitaria e o fato das desigualdades sociais não apenas persistirem mas aumentarem. A esse respeito Stolcke prossegue (:115) dizendo que "A naturalização das desigualdades sociais, ou seja, o racismo é uma doutrina político-ideológica fundamental destinada a conciliar...a igualdade de oportunidades com a desigualdade existente na vida real."

Enquanto às desigualdades baseadas em raça e sexo outorga-se uma existência absoluta, na medida em que são entendidas como fenômenos naturais, as desigualdades de classe são vistas como algo circunstancial, não tendo existência intrínseca, mas aparecendo como resultados da restrição da livre concorrência introduzida pelas capacidades e incapacidades individuais. Como mostra Dumont, referindo-se ao pensamento americano clássico (1974), a desigualdade não está no ponto de partida (já que no credo norteamericano, o sistema é igualitário), mas é produzida no processo da concorrência (já que para o mesmo credo, as capacidades individuais precisam ser, por razões funcionais, recompensadas desigualmente). A naturalização da classe é de segunda ordem porque apresenta-se intermediada, de maneira bastante coerente, pelas naturalizações de primeira ordem como as de raça e gênero.

Do dito acima, pode-se chegar a duas conclusões: A primeira é que as desigualdades de classe não somente não são naturalizadas, mas que (e talvez pelo próprio fato de não o serem) não existem essencialmente. A segunda conclusão é que as desigualdades essenciais de raça e gênero permitem encontrar na natureza (resguardando o igualitarismo do sistema social) a explicação última das desigualdades de classe.

Sexismo e racismo são expressões ideológicas da representação essencialista do mundo; são desdobramentos metafóricos da mesma estrutura que **lê nas diferenças biológicas** capacidades e incapacidades coletivas. Classismo, por seu lado, é um tipo de discriminação baseado na estrutura que **lê nas diferenças de status social** capacidades e incapacidades individuais.

A dominação exercida sobre mulheres e negros é **causadas** por interesses práticos e configura relações sociais substantivas. Entretanto, essas relações de dominação somente podem acontecer quando existe um imaginário inteligível e persuasivo o suficiente para as pessoas poderem encontrar nele sentidos para as relações sociais das quais participam, seja enquanto dominadoras, domina-das ou, como é mais frequente, dos dois modos. Dessa perspectiva, a visão essencialista do mundo e seu operador, a dicotomia natureza/cultura, não causam nada¹², mas **mediatizam** a existência das desigualdades sociais. Por isso não faz sentido a inesgotável e superficial polêmica a respeito de se a discriminação contra os negros é causada pela sua condição de classe ou pela sua raça. A este respeito, a comparação com o sexismo é reveladora porque, mesmo estando ausente, neste caso, a condição de classe, as mulheres (de todas as classes) são igualmente discriminadas sob o mesmo suposto essencialista de serem inatamente diferentes e desiguais. Sem dúvida, como diz antes, o sexismo é causado por interesses práticos. Entretanto, não são interesses

¹² Poder-se-ia dizer a respeito dessa dicotomia, o que Geertz (1978:24), como já se mostrou, diz a respeito da cultura: "...não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos causalmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível..."

limitados ao espaço clássico da dominação de classe, mas ao espaço mais amplo da prática utilitária do cotidiano. A polêmica classe vs. raça poderia estar servindo, subrepticiamente, ao propósito de ocultar a existência do que em termos dos valores cristãos e modernos é inaceitável: o credo da inferioridade essencial do negro.

O imaginário que constantemente recria a mulher e o negro, em singular, pode ser entendido como um instrumento cultural usa-do pelas pessoas para tornarem inteligíveis suas práticas, mais do que como um instrumento de dominação deliberado. Para apreciar melhor o poder desse imaginário é conveniente abandonar os supostos relativos à racionalidade humana. As pessoas não realizam suas práticas, mesmo aquelas interesseiras, informadas pelos conceitos mais eficazes para um determinado fim, mas pelos que efetivamente portam. A esse respeito, Bourdieu (1989:76) têm frisado que o habitus, que produz praticas específicas, "esta imediatamente inscrito no presente, coisas para se fazer ou não se fazer, para se falar ou não se falar em relação a uma realidade próxima que se impõe com uma urgência e um apelo a existir que exclui toda deliberação".

III. DESNATURALIZAÇÃO da CATEGORIA "MULHER".

Ao longo de, pelo menos, os últimos dez anos vem se desenvolvendo no interior das Ciências Humanas e particularmente dentro da Antropologia uma produção crítica orientada para a desnaturalização da categoria "mulher". Essa crítica, baseada na definição e operacionalização do conceito de gênero, não parece ter paralelo nos grupos que trabalham com as questões raciais pela ausência, acredito, de um conceito que, como o de gênero, seja capaz de distinguir, conceitualmente, o fenômeno biológico do fenômeno sociológico.

Desdobrando o potencial analítico da própria dicotomia natureza/cultura, essa crítica parte do suposto de que sexo e gênero se referem a realidades não apenas diferentes mas também opostas. Os dois termos, afirma Shapiro (1989: 14) são úteis para fazer "... o contraste de um conjunto de fatos biológicos com um conjunto de fatos culturais. Se procurasse ser minuciosa no uso dos termos, utilizaria **sexo** só ao falar de diferenças biológicas entre homens e mulheres e **gênero** quando fizesse referências às estruturas sociais, culturais ou psicológicas que se impõem a estas diferenças biológicas."

Ainda orientada pela mesma dicotomia através da qual se essencializou a mulher, a crítica prosegue com o argumento de que se o sexo é uma realidade biológica situada no campo da natureza e gênero é uma realidade histórica situada no campo da cultura, o sexo é dado enquanto o gênero é construído historicamente. Nasce-se fêmea ou macho, aqui e em qualquer outro lugar do planeta, hoje, no passado e no futuro porque trata-se de qualidades que independem da nossa vontade, são dadas, universais e, portanto, imutáveis.

Ao contrário das realidades biológicas, todo quanto é construído historicamente obedece a nossa vontade, enquanto sujeitos que criam e recriam o mundo. Ser mulher, como notou precosmente Simone de Beauvoir (1980), não é uma condição essencial mas um resultado histórico.

Fazendo uso do princípio de que tudo quanto é construído é também transformável, a crítica prossegue mostrando que devido a que antes de qualquer nascimento, em qualquer parte do mundo, o que um homem e uma mulher devem ser já terá sido estabelecido, as pessoas individuais não têm muitas escolhas: se conduzem como homens ou como

mulheres. Não obstante, o fato de que conduzir-se como mulher aqui e em qualquer outro lugar do planeta pode ser muito diferente, como também tem sido diferente ser mulher brasileira no passado e no presente, demonstra o carácter construído e mutável da condição de gênero¹³.

A observação de que, devido a que o sexo precede ao gênero, estabelece-se freqüentemente uma relação de causalidade da qual se conclui que sexo determina gênero, levou a crítica a procurar, na teoria da língua e dos fenômenos cognitivos, esquemas conceituais capazes de desconstruir essa relação. Nessa direção, afirma-se que o gênero, como o símbolo lingüístico, não guarda uma relação necessária com a realidade a que se refere. A palavra, qualquer que seja, digamos, "rio", foi inventada e entre ela e a torrente a que se refere não há nenhuma relação obrigatória, haja visto que a mesma torrente poderia ser chamada de "rio", "river" e de muitas outras maneiras. Do mesmo modo, "mulher" não guarda nenhuma relação específica com o sexo feminino, muito embora essa realidade lhe preceda. O sexo é a realidade dada (assim como a torrente de água) em cuja ausência não existiria gênero (assim como não existiria a palavra "rio" em ausência da torrente de água). Ambos, o gênero e a palavra, são os significados com que entendemos o sexo e a torrente mas não estão determinados nem pelo sexo nem pela torrente. Em virtude dessa indeterminação é que enquanto machos e fêmeas existem, idênticos, em toda parte, os gêneros construídos a partir deles diferem conforme o contexto cultural.

Se conclui, então, que o sexo não determina o gênero mas que o gênero é o sexo posteriormente pensado ou dotado de significado. A relação que eles guardam entre si não é diferente da relação que guardam uma pomba e uma rosa vermelha com a paz e o amor respectivamente. Além disso, uma vez criados, os significados de gênero não apenas servem para pensar homens e mulheres e suas relações, mas tornam-se instrumentos para classificar muitas outras coisas e relações. Strathern (1989:IX e X) define gênero como "...aquelas categorizações das pessoas, dos artefatos, eventos, seqüências e demais que se baseiam em imagens sexuais--ou nas maneiras como a distintividade das características femininas e masculinas constrói as idéias concretas das pessoas a respeito da natureza das relações sociais. Tomadas apenas como sendo **sobre** homens e mulheres, essas categorizações tem se mostrado freqüentemente tautológicas. De fato, suas possibilidades inventivas não podem ser apreciadas a menos que se preste atenção à maneira pela qual as relações são construídas através delas".

A crítica prossegue procurando identificar as bases de poder subjacentes à naturalização das mulheres. Quem confundiu gênero com sexo, e por que? Em alguma medida, todos e todas. Seja por omissão, seja por hábito, fomos conduzidos pelas duas instituições mais poderosas no processo de construção ideológica: a religião e a ciência. Essas duas instituições freqüentemente definiram a si mesmas como antagônicas e sem

¹³ A crítica à idéia de que existe uma mulher singular e universal vem sendo realizada, no interior da Antropologia, como parte da crítica mais ampla ao suposto das culturas diferentes terem sido entendidas "nos seus próprios termos". A esse respeito, Moore (1988:186-87) escreve que "A **Antropologia da mulher** foi parte desse processo de questionamento das categorias teóricas...O reconhecimento do **male bias** na disciplina foi um caso **particular** do reconhecimento dos supostos etnocentricos subjacentes à teoria antropológica. Esse reconhecimento foi um passo importante porque acabou conduzindo ao questionamento de muitos dos esquemas teóricos que eram tomados como certos dentro da própria **Antropologia da mulher**, tais como as distinções de doméstico/público e de natureza/cultura.

dúvida suas diferenças não podem ser subestimadas. Entretanto, como a obra de Foucault o sublinha, no que se refere à construção social do gênero e particularmente do tratamento da sexualidade, religião e ciência apoiaram-se mutuamente ao longo da história.

As mulheres são mulheres e os homens são homens por desígnio divino, para alguns, ou por desígnio natural, para outros. Muito embora os desígnios divinos (estabelecidos no mito da criação, nos mandamentos e na interpretação teológica) e os desígnios genéticos (formulados nas obras e manuais que comunicam os resultados de investigações) não sejam a mesma coisa, é necessário reter a idéia de ambos serem desígnios, isto é, determinações perante as quais pouco mais que o acatamento resta ao indivíduo. Dito de outra maneira, Deus e a Natureza são entidades cujos projetos e propósitos escapam do controle, da vontade e da consciência das pessoas.

Ciência e religião se aproximam muito na crença de que ser mulher está pré-determinado por algo exterior aos sujeitos sociais. As diferenças explicativas de cada uma dessas instituições deixam de ser importante perante o fato delas coincidirem no suposto de que agimos por alguma designação anterior à nossa experiência de viver a vida e de ter a consciência de tê-la direcionado.

Ciência e religião confundiram gênero com sexo ou, pelo menos, não tiveram por longo tempo a preocupação de esclarecer a diferença, porque instruir as pessoas neste assunto implica imediatamente negar a imutabilidade da conduta e abrir o caminho para a mudança dos papéis de homens e mulheres. Mais claramente, as concepções em vigor não tem apenas funções cognitivas, mas também são instrumentos para controlar a conduta da mulher, particularmente sua sexualidade.

Entretanto, na produção e reprodução cotidiana dessas concepções, contribuem não só os grupos de poder mas também aqueles que lhes são subordinados. Isto parece especialmente verdadeiro quando se trata do controle do homem sobre a mulher ou de algum grupo étnico-racial sobre outro. As mulheres e as populações negras, por exemplo, têm incorporado em suas psiques individuais o valor (sub-valor) que lhes é atribuído. Para todos os fins práticos, mesmo quando desvalorizadas, é com essas identidades de mulher e de negro que se vive, e ao fazê-lo, elas próprias são reproduzidas.

IV. DESNATURALIZAÇÃO da CATEGORIA "NEGRO".

Diz antes que, pela ausência de um conceito que, como o de gênero, seja capaz de distinguir, relacionando, o fenômeno biológico do fenômeno simbólico/sociológico, a desnaturalização dos negros não mostra a força que apresenta a desnaturalização das mulheres. Muito embora o conceito "mulher" possa ser usado para referir-se tanto ao sexo quanto ao gênero, os conceitos de "fêmea" e "mulher" estão disponíveis se a idéia é distinguir e relacionar o fenômeno da natureza do fenômeno simbólico/social. No caso dos negros, faz falta essa distinção, já que o conceito de raça não se desdobra num conceito simbólico/social que, equivalente ao gênero, permita sua desnaturalização. Por essa razão, o conceito de "negro" deve servir tanto para referir-se às populações (de raça negra) quanto à categoria social (dos negros).

O conceito "preto", antes de indicar uma categoria social, que

FATO NATURAL	FATO SIMBÓLICO/SOCIAL
Sexo: fêmea	gênero: mulher
raça: Negra (preta?)	? : negro (preto?)

também indica, parece ser mais um sinônimo de negro (no sentido racial). Entre vários outros significados de "preto", o Dicionário Aurélio acusa dois que suportam essa idéia: "diz-se do homem negro" e "diz-se da cor da pele do negro".

A noção de "etnia" poderia cumprir essa função de distinguir o fato natural do fato simbólico/social. Entretanto, não apenas essa noção foi, logo após seu surgimento, impregnada com os significados atribuídos anteriormente à raça (Banton, 1979) quanto, ao tentar entender grupos racialmente definidos (e freqüentemente fenotipicamente distinguíveis) a partir exclusivamente de seus contornos culturais, acabou por ignorar um dos elementos que, imaginada ou realmente, constitui o par fato natural vs. fato simbólico/social; algo assim como tentar entender o gênero evitando a consideração do sexo. Mesmo que a raça não exista biologicamente, como toda a evidência das ciências naturais o confirma¹⁴, na maior parte dos casos onde o senso comum identifica uma raça, existem diferenças fenotípicas que, ao serem pensadas, criam o fenômeno simbólico/social. Ao partirem do suposto (desejável, porém não verificável), de que as diferenças biológicas são irrelevantes, os formuladores da "etnia", não fizeram algo muito diferente, ao nível internacional, do que os formuladores da democracia racial fizeram no Brasil. A esse respeito, Stolcke (1991:107) escreve que "...a 'raça', sendo relegada ao reino da natureza, em contraste com a 'etnicidade', compreendida como identidade cultural, era paradoxalmente reificada como fenômeno distinto." Creio que o problema não se encontra em distinguir raça e etnia como fenômenos distintos, mas em distingui-las em oposição, conforme a dicotomia natureza/cultura, para depois tomar em consideração apenas um dos termos¹⁵.

Acredito que os esforços conducentes a desconstruir a imagem que se tem dos negros vem sendo menos assimilados que aqueles destinados a desconstruir a imagem que se tem das mulheres. Acredito também que isto deve-se a que a crítica desconstrutiva vem dispensando o poder de ordenamento e inteligibilidade da dicotomia natureza/cultura. Acreditando contornar, desse modo, o problema do racismo (atribuição de capacidades e

¹⁴ Convém lembrar que enquanto o sexo feminino é indiscutivelmente aceito por todos como uma realidade natural, a existência de raças, enquanto populações homogêneas que diferem absolutamente (ou essencialmente) das outras, é negada no âmbito das ciências biológicas. A esse respeito, Montagu (1978:230) citando Dobzhansky e Epling, escreve que "Uma raça não é um indivíduo nem um genótipo único, e sim um grupo de indivíduos, uma população em que ocorrem vários genótipos." Entretanto, ao negar a existência de raças, os pesquisadores das ciências biológicas, a diferença dos pesquisadores das Ciências Sociais, não implicam que diferenças genotípicas reais não existam ou que sejam irrelevantes.

¹⁵ Huxley, citado por Montagu (1978:231), escreve que "Seria altamente desejável banissemos o termo **dúbio raça** de todas as discussões referentes ao homem, e o substituíssemos pela expressão **neutra grupo étnico**." Note-se que o meio proposto para alcançar a neutralidade (o sublinhado é nosso) não é nada mais complexo do que ignorar o fato biológico.

incapacidades sociais à dotação genética) evita produzir uma conceitualização que coloque frente a frente a biologia e a culturalidade dos negros de modo a que elas possam ser distinguidas, situadas, discutidas e afirmadas. Dito de outro modo, não acredito que a simples interdição do racismo seja capaz de o exorcisar.

O valor (sub-valor) atribuído às categorias sociais defini-das em termos essencialistas, como mulheres e negros, têm raízes históricas profundas, particularmente no caso dos últimos. Entre-tanto, convém também tomar em consideração que a sociedade ocidental se organiza a partir de um princípio hierárquico em virtude do qual as diferenças parecem se tornar necessariamente desigualdades¹⁶. Desse ponto de vista, as desigualdades de gênero e de raça são expressões fenomenológicas do princípio que faz de toda diferença uma desigualdade.

Penso que a reflexão sobre a existência desse princípio e de sua participação na construção das realidades sociais é de grande importância, por duas razões.

Em primeiro lugar, se existe o princípio de que toda diferença é desigualdade, a ênfase em qualquer identidade de mulher e de negro, cultural ou pan-cultural, tenderá a ser processada intelectivamente em termos de inferioridade ou superioridade. Visto dessa perspectiva, não surpreende que uma das objeções mais persistentes e difundidas ao feminismo tenha sido a de que apenas pretende inverter as atuais relações de poder entre os gêneros. Seria necessário discutir a questão de se é possível construir uma identidade neutra, em termos de valor, sem antes fazer a crítica ao princípio segundo o qual toda diferença é desigualdade.

Em segundo lugar, se as desigualdades de sexo e de raça são apenas expressões do mesmo princípio que instaura toda desigualdade que não esteja pressuposta na atividade produtiva, os limites da agregação militante deveriam se alongar consideravelmente de modo a criar uma resposta comum ao princípio da hierarquia. Essa reflexão é, no meu entendimento, da maior importância também ao nível existencial porque na sua ausência corre-se sempre o risco de dar suporte ao princípio quando se trata de relações de subordinação diferentes àquelas que sentimos na própria pele. A este respeito, a situação das mulheres negras é um exemplo significativo: Para elas, tanto a crítica dos negros quanto a crítica das mulheres estão devendo uma resposta.

¹⁶ Uma parte importante da teoria sociológica propõe que a sociedade (qualquer sociedade) é essencialmente hierárquica. Partindo desse suposto, Dumont (1977) afirma que, dentre as grandes civilizações, somente a sociedade ocidental tem negado o princípio da hierarquia ao estabelecer, ao nível ideológico, o princípio da igualdade e do direito individual.

BIBLIOGRAFIA

- Azevedo, Célia Maria M. de; Onda Negra Medo Branco; São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- Banton, Michael; A Idéia de Raça; Perspectivas do Homem/ Edições 70; São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- Barker, Martin; The New Racism; London: Junction Books, 1981.
- Beauvoir, Simone de; O Segundo Sexo; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- Berger, Peter e Thomas Luckmann; A Construção Social da Realidade;
- Berlin, Isaiah; Vico e Herder; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1976.
- Corbey, Raymond; Wildheid en beschaving. De Europese verbeelding van Afrika; Baarn: Ambo, 1989.
- Dumont, Louis; From Mandeville to Marx; Chicagp and London: The University of Chicago Press, 1977.
- ;"Casta, Racismo e 'Estratificação'" in Aguiar Neuma (org.) Hierarquias em Classes; Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- ; O Individualismo; Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- Foucault, Michel; História da Sexualidade; Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- Freud, Sigmund; "El Malestar en la Cultura" in Obras Completas; Madrid: Editora Biblioteca Nueva, 1968.
- Geertz, Clifford; A Interpretação das Culturas; Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- Gobineau, Le Comte de; Essai sur l'inégalité des races humaines; Paris: Librairie de Paris (2 vol., 5.ed), 1854-55.
- Goffman, Erving; Stigma; New Jersey: Prentice Hall, 1963.
- Kandall, Terry R.; The Women Question in Classical Sociological Theory; Miami: Florida International University Press, 1989.
- Lévi-Strauss, Claude; As Estruturas Elementares do Parentesco; Petrópolis: Vozes, 1976.
- Montagu, Ashley; "O Conceito de Raça e o Mecanismo de Formação das Raças Humanas" in Mussolini, G. (org.), Evolução, Raça e Cultura; São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

- Moore, Henrietta L.; Feminism and Anthropology; Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.
- Ortner, Sherry; "Esta a Mulher para o Homem assim como a Natureza para a Cultura?" in Rosaldo, M.Z. e Lamphere, L. (orgs); A Mulher, a Cultura e a Sociedade; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- Seyferth, Giralda; "As Ciências Sociais no Brasil e a Questão Racial" in Cativeiro e Liberdade: Seminário do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro: UERJ, 1989.
- _____ "Os Paradoxos da Miscigenação: Observações sobre o Tema Imigração e Raça no Brasil" in Estudos Afro-Asiáticos No. 20, junho de 1991.
- Shakespeare, William ; A Tempestade; 1611.
- Shapiro, Judith; "La Antropologia y el Estado del Género" in Centro Interdisciplinario de Estudios de la Mujer (org.) El Género y la Ciencia; San José: Universidad Nacional de Costa Rica.
- Stolcke, Verena; "Sexo está para Gênero Assim como Raça para Etnicidade?" in Estudos Afro-Asiáticos, No. 20, junho de 1991.
- Strathern, Marilyn; The Gender of the Gift; Berkeley: University of California Press, 1988.
- Woolf, Virginia; Um Teto Todo Seu; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.